Boletim AMAZÔNIA

EDIÇÃO ESPECIAL - COP 16 DE BIODIVERSIDADE E COP29 DE CLIMA





Boletim informativo | N° 04 | Jan 2024

Boletim trimestral de notícias, estudos e análises externas com foco na evolução do contexto da Amazônia. O mapeamento é conduzido pela Catavento para o Fundo Vale e empresas do ecossistema Cubo. Elaboração e curadoria da <u>Catavento</u>. Distribuído por <u>Fundo Vale</u>. Informações mapeadas entre 21 de outubro e 4 de dezembro.

INVESTIDORES E SETOR FINANCEIRO

FINANÇAS PARA BIODIVERSIDADE AINDA SÃO INSUFICIENTES

O quê? A criação de um fundo para proteção da biodiversidade, principal ambição da COP16, não foi consensada entre as partes. Tal aspecto é considerado crítico, uma vez que as diferentes atividades econômicas dependem, em algum grau, da natureza. De acordo com a BNEF, aproximadamente 55% do PIB global apresenta dependência moderada ou elevada. Em 2023, apenas cerca de US\$ 200 mi foram desembolsados (vs. US\$ 1 tri necessários até 2030) para reverter a perda da biodiversidade global. Neste cenário, o Brasil é considerado um hotspot, uma vez que a Amazônia, pela sua relevância em termos de capital natural, é considerada crítica para receber os recursos.

Por que importa para o setor privado? A conexão entre a temática de biodiversidade e a *perenidade dos negócios* está cada vez mais evidente, demandando um monitoramento ativo e uma gestão eficiente de seus riscos e oportunidades.

POLÍTICAS PÚBLICAS

BRASIL ATUALIZA PLANAVEG VISANDO RESTAURAR 12 Mha

O quê? O país apresentou, na COP16, a revisão do <u>Plano</u> <u>Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa</u>, que cria estratégias, instrumentos e arranjos para cumprir a meta de recuperar 12 Mha de vegetação nativa no país até 2030. Este foca em <u>APPs e reservas legais, além de áreas públicas e áreas de baixa produtividade</u>. Para contribuir com o <u>monitoramento do avanço</u> na meta, foi lançada a <u>nova versão do Observatório da Restauração</u>, que, até o momento, mapeia apenas 150 mil hectares de áreas restauradas. Entre os desafios para escalar a atividade, <u>destaca-se a questão fundiária</u>.

Por que importa para o setor privado? A meta nacional reforça a prioridade dada pelo Governo ao tema, fortalecendo o ecossistema de atores, incluindo privados, envolvidos em atividades de reflorestamento e restauração florestal.

ENTREVISTA

Ocorreu em Cáli, na Colômbia, no mês de outubro, a Conferência das Partes para a Biodiversidade (COP16). Para explicar um pouco sobre os principais destaques da Conferência, <u>Andrea Alvares, Presidente do Conselho do Instituto Ethos</u>, concedeu uma entrevista exclusiva ao Fundo Vale.

1. Quais foram os principais avanços da COP16 e o que eles significam para a Amazônia brasileira?

A COP 16, ou Convenção das Partes sobre Diversidade Biológica (CBD), cujo tema "Paz com a Natureza" foi escolhido pelo país-sede Colômbia para inspirar um encontro que tinha a implementação do Marco Global de Biodiversidade (GBF) como principal ambição, trouxe alguns avanços importantes, apesar de decepcionar na agenda de financiamento para proteção da biodiversidade e seus mecanismos de implementação.





Em primeiro lugar, destaca-se a aprovação do artigo 8 do Marco Global, que formaliza a criação do Órgão Subsidiário permanente para Povos Indígenas, Comunidades Locais e Afrodescendentes. A criação deste órgão permanente representa um avanço enorme no reconhecimento da contribuição de povos originários, comunidades locais e afrodescendentes para a preservação da biodiversidade e de convivência harmônica com a natureza. Outro marco, foi a regulamentação do DSI, mecanismo financeiro que discorre sobre a maneira de assegurar que o sequenciamento genético biológico de plantas e animais, que servem ao desenvolvimento científico ou tecnológico, esteja sujeito à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua exploração econômica.

Ambas as deliberações trazem impactos diretos para a Amazônia brasileira, que possui incontáveis espécies de fauna e flora, além de inúmeras riquezas culturais presentes nos povos que vivem na floresta e que tem, na sociobioeconomia, uma forte alternativa para o desenvolvimento local como alternativa ao crime e o desmatamento.

2. De que forma a agenda de biodiversidade da COP16 se conecta com a COP30 de clima, a ser realizada no <u>Pará no próximo ano?</u>

Um dos grandes assuntos discutidos na COP16 foi a constatação generalizada de que as agendas de clima e biodiversidade/natureza estão intrinsecamente conectadas. Um tema que há alguns anos é debatido é a integração destas agendas e, tanto na COP16, como na COP29 de clima, foi sugerido que a COP30 em Belém seja o momento ideal para a convergência destas pautas.

3. Na sua visão, há espaço para o setor privado contribuir mais com a agenda de biodiversidade via modelos de negócio inovadores?

A frase de abertura da COP 15, de Kunming-Montreal, que diz que "A biodiversidade é fundamental para o bem-estar humano, para a saúde planetária e para a prosperidade econômica de todas as pessoas... dependemos dela para alimentação, saúde (medicamentos), energia, ar puro e água, além de segurança contra desastres naturais... pois está na fundação de todos os sistemas de vida na terra" é uma boa maneira de dar a devida dimensão e importância da agenda de biodiversidade.

Não haverá negócios sem a preservação da biodiversidade pois está na base da vida na Terra. É fundamental que este seja um tema transversal nas agendas de negócios e dos países para assegurar uma existência harmoniosa e de preservação da vida na terra. O próprio Marco Global orienta os caminhos para assegurar isto nos planos de negócios das empresas. A adoção de seus princípios, não apenas antecipa riscos potenciais, mas oferece oportunidades imensas para novas fontes de criação de valor para estas empresas.

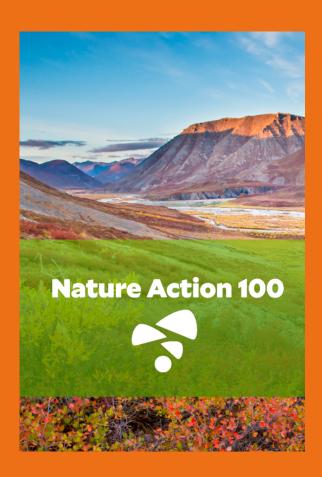


PROTAGONISMO DE EMPRESAS E INICIATIVAS INSPIRADORAS

EMPRESAS ENGAJAM NA COP16, MAS AINDA PRECISAM AVANÇAR

O quê? Liderada por <u>investidores globais</u>, a iniciativa Nature Action 100 <u>avaliou como 100 empresas</u>, incluindo Suzano, Vale e JBS, incorporam natureza e biodiversidade em suas estratégias. Com base em 17 indicadores, a análise apontou que 68 empresas já têm algum compromisso público de proteção, mas apenas 37 possuem estratégias para alcançá-lo. Além disso, ainda <u>há pouca informação disponível</u> sobre os indicadores e métricas <u>corporativas para biodiversidade</u>. Neste sentido, a <u>Taskforce on Nature-Related Financial Disclosures</u> foi criada em 2022 para desenvolver um padrão de reporte global e anunciou que <u>500 organizações globais estão comprometidas</u> com a iniciativa.

Por que importa para o setor privado? Diante da complexidade da agenda, as empresas ainda apresentam baixa maturidade em sua gestão. Por outro lado, segundo *Letícia Guimarães*, especialista do Fundo Vale, espera-se maior pressão por transparência em relação aos riscos e impactos associados à biodiversidade (ex. GRI, CSRD, entre outros).



URGÊNCIA CLIMÁTICA

BRASIL ANUNCIA NOVA META DE REDUÇÃO DE EMISSÕES NA COP29

O quê? De forma antecipada, o Brasil anunciou sua <u>nova</u> <u>NDC, comprometendo-se a reduzir as emissões de GEE</u> entre 59% - 67% até 2035 (vs. 2005), implicando em emissões líquidas entre 1,05 e 0,85 GtCO₂e. O anúncio <u>enfrentou críticas de alguns ambientalistas</u> por não estar totalmente alinhada ao cenário de 1,5°C e pela falta de compromissos detalhados. Em contrapartida, o Governo indicou que mais informações, incluindo planos setoriais, serão estabelecidos no Plano Clima. Além da NDC, o país também anunciou a redução de <u>12% das emissões brutas de GEE</u> em 2023 (vs. 2022).

Por que importa para o setor privado? O Brasil está avançando na agenda de mitigação climática e, por meio do *Plano Clima*, os diferentes setores serão chamados a contribuir.

URGÊNCIA CLIMÁTICA NO TOPO DA AGENDA

COP29 ESTABELECE NOVA META DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

O quê? Diante de contexto geopolítico desafiador, países desenvolvidos concordaram em liderar a mobilização de pelo menos US\$ 300 bi/ano até 2035, considerando recursos públicos e privados, para países emergentes (3x vs. 2020). A nova meta ficou aquém do apontado como necessário em cenário 1,5°C (US\$ 1,3 tri/ano até 2035), levando à criação de um roadmap de 'Baku à Belém' (COP30) para preencher a lacuna. A contribuição do setor privado é considerada crítica para a viabilização das metas acordadas.

Por que importa para o setor privado? A mobilização de <u>recursos para o clima em países em desenvolvimento</u> pode alavancar oportunidades de negócios na transição energética e agenda florestal.



URGÊNCIA CLIMÁTICA

A Conferência das Partes para o Clima da ONU (COP29) foi realizada no mês de novembro em Baku, no Azerbaijão. Foram duas semanas de negociações sobre os assuntos críticos da pauta climática. <u>Marcelo Furtado, Head de Sustentabilidade da Itaúsa e Diretor na Nature Finance</u>, esteve presente na COP e destaca abaixo suas percepções sobre a Conferência.



Quais foram os principais resultados da COP29 e o como eles podem impactar as empresas que atuam na Amazônia brasileira?

Tivemos dois grandes resultados. O primeiro está relacionado ao financiamento. A COP29 ressaltou a importância das contribuições públicas, sejam de países ou de bancos multilaterais, enquanto o setor privado será alvo de forte pressão para aumentar sua contribuição financeira, seja por meio de realocação de investimentos, mobilização de recursos ou redirecionamento de subsídios. O segundo ponto de destaque foi o debate sobre o "overshooting" de 1,5 °C". A ciência já aponta que atingiremos o limite de aumento de 1,5 °C em 2024, e essa

mensagem entrou definitivamente no debate global. Para cumprir o Acordo de Paris, será necessário enfrentar esse desafio com maior ambição e investimentos em mitigação, além de exigir que países e, especialmente, empresas elaborem planos robustos de adaptação.

2. Na sua visão, quais temas devem ser priorizados na COP30, a ser realizada no Pará no próximo ano?

Acredito que a agenda de adaptação deva ser priorizada. Essa pauta não avançou na COP29, o que gerou uma enorme pressão para a definição dos indicadores dos planos de ação a serem estabelecidos pelos países, bem como para a identificação das fontes e dos valores necessários para seu financiamento. Em Belém, haverá novamente uma forte cobrança sobre o setor privado. Vale lembrar que também não houve progresso no financiamento para "perdas e danos", um mecanismo acionado quando as estratégias de mitigação e adaptação falham. Esse tema será crucial para impulsionar a agenda da transição justa. Além disso, acredito que o financiamento da bioeconomia também estará em destaque. Podemos celebrar os resultados do G20 no Brasil, que posicionou a bioeconomia no mapa da economia global por meio dos Princípios da Bioeconomia e do financiamento de soluções baseadas na natureza. É fundamental levar esses avanços para a COP30. Por fim, vale reforçar que a valorização da natureza na economia global fortalece a vantagem competitiva e comparativa do Brasil.

3. Se pudesse definir um legado ideal para a região Amazônica após a Conferência, qual seria e como o setor privado pode contribuir?

O maior legado para a região será garantir a atração de investimentos em projetos na Amazônia que promovam uma economia positiva para o clima, a natureza e as pessoas. Isso contribuirá para a geração de emprego e renda, além de viabilizar a criação de oportunidades econômicas sustentáveis, ajudando também a combater a economia ilegal.



MERCADOS DE CARBONO TRAZEM OPORTUNIDADES PARA O BRASIL

O quê? Após anos de negociação, foi sancionada a Lei 15.042/2024, que institui um mercado de carbono regulado no Brasil (SBCE). Ainda a passar pelo processo de regulamentação, o texto prevê a implementação de um sistema cap-and-trade com espaço para compensação de carbono via créditos, inclusive florestais. Ainda, na COP29, após quase dez anos, chegou-se a um acordo sobre o Artigo 6, que institucionaliza os mercados de carbono globais da ONU. Maiores detalhamentos sobre cronograma e mecanismos de comercialização ainda serão definidos pelo Órgão Supervisor da UNFCCC.

Por que importa para o setor privado? O Brasil possui um grande potencial para gerar créditos de carbono, notadamente florestais, e regras acordadas entre diferentes *stakeholders* tendem a trazer maior confiança nas atividades.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

NOVA PLATAFORMA PROMETE MONI-TORAR OS ECOSSISTEMAS GLOBAIS

O quê? Além da necessidade de alavancar financiamento, torna-se crítico ampliar a <u>base de dados existentes sobre a agenda de biodiversidade</u>. Neste sentido, o <u>Atlas Global de Ecossistemas</u> é o primeiro recurso padronizado a mapear e monitorar os diferentes ecossistemas globais, utilizando mapas existentes, além de <u>inteligência artificial</u>, dados de campo e conhecimento local. Outra plataforma inovadora é a <u>REDD+AI</u>, que mede a degradação florestal causada por exploração madeireira, incêndios e construção de estradas em todas as florestas tropicais.

Por que importa para o setor privado? O desenvolvimento de novas tecnologias que promovam a geração de dados em biodiversidade favorece uma tomada de decisão mais informada por empresas e gestores.

BIDEN ANUNCIA COALIZÃO EM BIOECONOMIA NO BRASIL

O quê? Os EUA anunciaram a <u>Coalizão Brasil para o Financiamento da Restauração e da Bioeconomia</u>, secretariada pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) e <u>com participação de diferentes atores</u>, como <u>DFC</u>, BNDES e Itausa. Esta iniciativa tem como objetivo alavancar ao menos US\$ 10 bi para o financiamento da <u>bioeconomia</u>, notadamente agricultura de baixo carbono e manejo florestal. Ainda, <u>estudo</u> do <u>BID</u> confirma as vantagens competitivas do Brasil nestas atividades por já possuir um conjunto de políticas públicas específicas e um ecossistema de negócios mais maduro.

Por que importa para o setor privado?

Empresas e *startups* brasileiras que atuam na área de bioeconomia estão bem posicionadas e podem se beneficiar de novas fontes de financiamento para estas atividades.

PROTAGONISMO DE EMPRESAS E INICIATIVAS INSPIRADORAS

AMAZÔNIA RECEBE EVENTOS QUE MOBILIZARAM O SETOR PRIVADO

O quê? Com mais de 3.400 participantes, a <u>Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias</u>, organizada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), reuniu <u>stakeholders diversos</u> do setor privado, academia, <u>poder público</u> e sociedade civil para discutir temas cruciais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Foi dada ênfase à preparação de <u>Belém para a COP30</u>, incluindo desafios logísticos existentes, expectativas das populações locais e legado para a região. Em paralelo, Manaus recebeu o <u>3º FIINSA</u>, que reuniu diversas <u>startups</u> de distintas áreas para falar sobre <u>negócios de impacto na região</u>.

Por que importa para o setor privado? A promoção de um diálogo efetivo e escuta ativa com os diferentes perfis de *stakeholders* representa uma oportunidade para uma atuação mais efetiva na região.

